

Enfrentando a maldição do curto prazo*

*Marcos Prado Troyjo***

Passadas algumas semanas desde que o presidente do Federal Reserve Board (Fed), Alan Greenspan, comentou que as atuais dificuldades brasileiras constituíam um "problema 100% político", já é possível visualizar uma série de tendências e percepções acerca do panorama de curto prazo para o Brasil e mesmo para a economia mundial. Vale ressaltar que os diagnósticos que se fazem em Harvard durante a edição deste ano do Programa sobre o Sistema Financeiro Global em nada diferem dos cenários que nestes dias se têm propagado por bancos de investimento, agências de classificação de risco, centros de estudos e pela imprensa. É dizer que, merecida ou imerecidamente, com fundamentos em ordem ou não, o Brasil é mesmo a bola da vez.

Keynes comentava acerca da incapacidade de os mercados corrigirem por si sós seus problemas que, "no longo prazo, estaremos todos mortos". E, nesse contexto, cada vez mais o taco se volta para nós não por razões políticas, mas econômicas. É como se os analistas americanos, que há algumas semanas concordariam plenamente com o diagnóstico de Greenspan, houvessem revisto rapidamente suas avaliações. Nas análises de Richard Goldman, por exemplo, que coordena o Programa sobre Finanças Globais em Harvard, os desequilíbrios se mostram matematicamente. Adota-se um consenso aqui de que as contas brasileiras não se inserem confortavelmente no que chamam de "modelo de consistência macroeconômica".

Ao relacionar as identidades brasileiras de PIB e absorção, variações nas reservas cambiais e variação nas contas correntes, um semiconsenso emerge quanto à impossibilidade brasileira de honrar compromissos mesmo de curto prazo. Assim, para a maioria do establishment econômico norte-americano, no que toca ao Brasil, "no curto prazo, estaremos todos mortos".

Nessa linha, analistas de mercados parecem justapor à moldura de consistência macroeconômica dados como: 1) a dívida do setor público no Brasil representa 55% do PIB, com perfil de maturação muito curto; 2) 50% dessa dívida está indexado em taxas de tipo overnight; 3) a dívida real está sujeita a amplo risco de mercado; 4) acredita-se que um superávit primário de 3,5% do PIB não seja suficiente para oferecer às contas públicas o oxigênio de que necessita. Avaliação semelhante fez recentemente David Malpass, economista-chefe do Bear Sterns: "You will default until January" foi o vaticínio desta semana. Parece, a julgar por essas análises, que mesmo antes de janeiro o Brasil não poderá encontrar via de solução outra para seus problemas de caixa que não a reestruturação da dívida (o eufemismo consagrado que aqui se usa amplamente para designar "moratória") ou o remédio amargo e recessivo do FMI.

Num plano mais geral, a noção é a de que a economia real nos EUA não vai tão mal, e crescerá este ano algo entre 3% e 3,5 %, estima Peter Garber, estrategista global do Deutsche Bank. A produtividade continua a crescer e taxas de juros e inflação não preocupam. As presentes dificuldades parecem dever-se mais ao "pós-boom das empresas do tipo pontocom" aliado à descoberta das falcatruas contábeis de grandes conglomerados empresariais.

Não se trata, concordam os comentaristas aqui, em Harvard, de uma crise generalizada de confiança no capitalismo. Vale lembrar que tal aversão às práticas contábeis nos EUA não se espalhou de forma significativa para a Europa. No Japão, ao contrário, o mercado de ações, não obstante a estagnação econômica que já dura cinco anos, continua subindo - e o Japão, vale destacar, é o país onde tradicionalmente mais se observaram maquilagens contábeis. Dadas as "safety nets" (redes de segurança) dos mercados no Ocidente, ao contrário do que se acreditava em 1929, o capitalismo não vai acabar.

Complica esse quadro, e isola ainda mais o Brasil na lógica da "bola da vez" dentre os mercados emergentes, o iminente ataque dos EUA ao Iraque, que alguns na Kennedy School crêem será deflagrado entre outubro e janeiro.

Neste tema, em razão de fatores geopolíticos, os EUA teriam de realizar uma política econômica de "braços abertos" em relação à Turquia - esta também uma novata em sérias dificuldades de balanço de pagamentos -, pois o país é fundamental no teatro de operações projetadas contra o Iraque. E, ademais, talvez também em razão de suas pretensões de ingresso na União Européia seja o único país islâmico a manter cooperação franca com os EUA. Iniciadas as hostilidades, no que toca aos mercados emergentes, política externa e política econômica se nivelariam. No topo da agenda dos emergentes, o "interesse nacional" dos EUA colocaria Rússia e Turquia. Em segundo plano, Brasil e os demais latino-americanos problemáticos.

Talvez esta maldição de curto prazo pudesse ser algo dissipada, sem inflexão significativa de política econômica no curto prazo, ca so observássemos uma dupla coincidência.

Por um lado, o adensamento das conversas do Brasil com o Fundo nos próximos meses faria com que se criasse no mercado uma expectativa de expansão dos atuais termos de ajuda. Isso manteria o mercado nos atuais níveis de nervosismo, mas sem o desenrolar de uma histeria ainda mais dramática. Por pensar que o Fundo vai ajudar, o mercado não puxa o gatilho. Se o mercado não puxar o gatilho, o País não vai ao Fundo - e assim o Brasil conseguiria carregar-se até janeiro mediante um "congelamento" dos presentes níveis de desconfiança. E é claro que este "jogo de espelhos" é amplamente modulado pelo quadro eleitoral.

Por outro, Brasil e EUA se engajariam construtivamente na co-presidência do processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Com o desatar desse projeto, a integração hemisférica passaria a ganhar novos contornos de interesse geopolítico para os EUA. Se a Alca pudesse ser vista como um elemento promotor de maior estabilidade política e institucional na América Latina, isso incentivaria a uma maior cooperação econômica. De fato, esta "determinação" da atitude econômica dos EUA em razão de seus interesses de política externa é uma tecla já tocada por Fred Bergsten, diretor do Instituto de Economia Internacional (IE) de Washington, e que deve ser levada em conta pelo Brasil. Não interessa à diplomacia dos EUA uma América Latina em frangalhos econômicos, políticos e institucionais. E, como advoga o próprio Council on Foreign Relations de Nova York, "na América Latina, o Brasil é o fulcro".

Se o processo negociador da Alca puder ser convertido num novo instrumento de estabilidade para a América Latina, reforça-se seu tom estratégico e isso pode atrair o interesse dos falcões de Washington e afugentar os urubus de Wall Street. Daí, participar das tratativas a partir de novembro é mais importante do que nunca. E a mesa de negociações poderá ser um palco privilegiado para projetarmos metas e obtermos concessões que vão além da dimensão de uma área de livre comércio hemisférica. Esta é uma carta que pode ser jogada por causa dos interesses brasileiros, mas que demanda grande visão e pragmatismo agora - e de quem quer que seja o canarinho-chefe a partir de 1.º de janeiro.

* Este artigo foi originalmente publicado em O Estado de S. Paulo, 28.7.2002.

** Marcos Prado Troyjo é Diretor de Integração do Fórum das Américas e Vice-Presidente para Assuntos Corporativos do Grupo Brasilinvest.